

DO SUBLIMINAR À SUB-REPEÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA INDÍGENA NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL

PATRÍCIA PINHEIRO DE MELO*

Resumo: Este artigo é um fragmento dos resultados da pesquisa intitulada *A História Invisível da Resistência Indígena* que investiga as formas não armadas da resistência desses povos frente às práticas do projeto colonial no Brasil. Partindo da idéia, defendida por Héctor Bruit, de que as populações indígenas da América hispânica desenvolveram, no século XVI, mecanismos “invisíveis” de resistência que interferiram no desenvolvimento do projeto colonial espanhol, identificamos o mesmo fenômeno na América portuguesa, desde o século XVII até o século XIX. Considerando que certos comportamentos indígenas, como a bebedeira, foram utilizados com o fim de burlar a ordem vigente, identificamos no processo de construção dessa resistência a transformação de ações que, inicialmente, eram subconscientes em ações sub-reptícias.

Palavras-chave: índio, resistência, sub-repeção.

Abstract: This article is one breaks up of the results of the intitled research the Invisible History of the Aboriginal Resistance in Portuguese America that investigates the not armed forms of the aboriginal resistance in Brazil. Leaving of the idea, defended for Héctor Bruit, of whom the aboriginal

* Professora da Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

populations of Hispanic America had developed, in century XVI, “invisible” mechanisms of resistance whom they had intervened with the development of the Spanish colonial project, we the same identify phenomenon in Portuguese America, since century XVII until century XIX. Considering that certain aboriginal behaviors, as the beberagem, had been used with the end to make it difficult the practical colonials, we identify in the process of construction of the aboriginal resistance the transformation of actions that, initially, were subconscious in subreptícias actions.

Key-words: indian, resistance, subreption.

Há pouco mais de uma década, o historiador chileno Héctor Hernán Bruit postulou a idéia de que os povos indígenas da América hispânica haviam feito uma resistência *invisível* contra a colonização europeia. Para o autor, além da história *visível* representada pela história oficial do massacre e do extermínio dos povos indígenas, da dominação europeia sobre as populações sobreviventes e sobre todas as riquezas americanas, há uma *história invisível* que pode ser resgatada *nas entrelinhas* dos discursos coloniais.¹

A essa *história invisível* corresponde o confronto não armado que se travou, cotidianamente, entre colonizador e colonizado, num processo em que muitas das formas de confrontar e muitos dos objetivos do índio, nesse confronto, não foram documentados de forma explícita pelo colonizador por não terem sido compreendidos claramente. Trata-se de uma história que se encontra ainda embutida no discurso da história oficial. Com base na observação do discurso dos cronistas europeus do século XVI, que deixam transparecer nos seus discursos as ações dos índios ‘colonizados’ e, com base em textos indígenas escritos no México daquele mesmo século, Héctor Bruit identificou formas de resistência sub-reptícias. Trata-se de comportamentos falsos, de ações camufladas e veladas, às vezes sob a forma de subserviência e de conformismo, que foram praticadas com a finalidade de encobrir intenções e ações de revolta, de rebeldia e de resistência cultural. Dessa forma, os índios, mesmo tendo sido colonizados, agiram como agentes sociais ativos e foram capazes de frustrar valores e práticas impostos pelos *vencedores*.²

Nesse contexto, os objetivos do projeto colonial, de dominar totalmente as terras e a natureza americana, não chegaram a concretizar-

se em sua totalidade. Segundo Bruit, a aculturação, a substituição de uma cultura por outra e a dominação dos povos nativos, não chegaram a efetivar-se completamente. Por obra da resistência não armada, silenciosa, mas contínua, empreendida pelas populações indígenas, o projeto colonial foi amputado, pois dele, apenas os objetivos econômicos foram alcançados com sucesso.

Seguindo a mesma idéia, temos explorado o tema referente na situação da América portuguesa, com a desvantagem de não dispor, praticamente, de fontes escritas pelos próprios índios já que, no caso do Brasil, tais registros são muito raros. Tal condição nos obriga a trabalhar unicamente com base no discurso do colonizador e, quando muito, com um discurso indígena filtrado pelo discurso do escrivão, no caso de solicitações de índios redigidas por brancos. Assim, as informações e os dados referentes à resistência sub-reptícia encontram-se nas ‘entre linhas’ dos discursos dos cronistas europeus. É na relação entre o discurso do colonizador e o resultado das atitudes dos índios “submissos” que se encontram os dados da nossa pesquisa. É nesse espaço, também invisível, que se encontra aquilo que não é, imediatamente, percebido por nós leitores, como aponta Bruit:

Aparentemente, a versão da história contada pelos colonizadores só é possível de ser analisada a partir dos atos desses mesmos protagonistas, mas pelo contrário, também pode ser analisada por outro ângulo: a partir dos atos dos colonizados, de forma que a visão do suposto ‘vencedor’ e sua versão da história contem, necessariamente, a ação dos vencidos, mesmo quando está encoberta propositadamente. Inversamente, dá-se o mesmo. A ação dos vencidos, pelo fato de ser de natureza sub-reptícia, é oculta, mas faz parte do conteúdo histórico do processo que, de alguma forma, manifesta-se através dos símbolos do próprio vencedor. Dessa forma, trata-se de procurar traduzir os signos de uma ação para resgatar os da reação. Nessa simbologia encontra-se o visível, mas também o invisível.³

A História da América portuguesa tem sido contada a partir das façanhas de colonizadores que enfrentaram e dominaram o desconhecido e que, assim, concretizaram o destino e o sonho dos povos vencedores, à

revelia daquelas gentes tão bárbaras e arredias, quanto pacíficas e servis. As aventuras e conquistas das tropas de Garcia D'Ávila, de Fernandes Vieira, dos Bandeirantes e de tantos outros conquistadores aparecem no enredo histórico como ações vitoriosas de sujeitos que fizeram valer o esforço daquela empresa iniciada em 1500, sem que o projeto colonial tenha sido maculado em nenhum dos seus propósitos. Essa história é contada a partir da ousada obra de evangelização dos padres missionários, salvadores de almas pagãs e, também, a partir da exploração da madeira corante, da procura do ouro e da exploração dos indígenas; da monocultura da cana-de-açúcar e da criação de gado, que invadiu progressivamente o sertão dos *índios bravos*, numa guerra (in)justa que os expulsou dos seus antigos domínios em favor do colono branco e do seu gado, numa aventura em que os índios foram, totalmente ou parcialmente, derrotados. Uma história que é contada, ainda, a partir do desastre demográfico que ocorreu, de fato, em algumas áreas do território brasileiro durante a colonização, desastre registrado como “baixas de guerra” e como o resultado de uma outra guerra, a bacteriológica. Mas esses episódios representam apenas um lado da história já inscrita nos documentos.

Ainda que a temática indígena tenha sido contemplada com um número crescente de trabalhos acadêmicos, desde as comemorações do ‘Descobrimientos das Américas’ até as comemorações dos 500 anos do ‘Descobrimento do Brasil’, hoje, quando o ensino da história indígena passa a ser obrigatório em todo o país, duas vertentes persistem, ainda, acerca da imagem desses povos: 1- aquela, já bastante antiga, mas ainda em voga, que ignora as ações de resistência empreendidas pelos índios, confirmando a visão colonialista negativa sobre eles e evidenciando, apenas, os fatos oficiais da relação estabelecida entre o gentio e o colonizador e; 2- a que trata das lutas armadas e dos confrontos abertos, eventos que se encontram descritos de forma explícita na documentação porque, de alguma forma, resultaram em algum tipo de ônus para o governo português, evidenciando, mais uma vez, o aspecto visível da história.

Entretanto, muitos trabalhos importantes foram publicados enfocando formas de persistências culturais e de resistências não armadas, que representam reivindicações explícitas das populações indígenas como

os acordos entre índios e brancos no que se referem à questão da distribuição de terras⁴; os casos de reivindicações de reconhecimento de etnias, que são principalmente os trabalhos dedicados ao fenômeno da *caboclicização* e⁵, o caso das *idolatrias*⁶ praticadas pelos povos indígenas de toda a América ibérica. Temas como o das missões e aldeamentos, os diretórios de índios, e a política indigenista no Brasil, foram problematizados e retomados de forma inovadora. Mas essas pesquisas tratam de conflitos cujos motivos e meios eram compreendidos imediatamente pelas partes envolvidas. Pelo contrário, o conjunto de ações sub-reptícias praticadas pelos índios, trata de coisas secretas, articuladas dissimuladamente e, através das quais, os índios pretendiam causar tumulto, atrapalhar, confundir, impedir ou atrasar as regras e práticas com as quais, agora, lhes infligiam os europeus.

O relativo desconhecimento das formas de resistência sub-reptícias é, em parte, fruto da dificuldade em se localizar nas fontes documentais expressões explícitas de contestação não armadas e camufladas, que os povos indígenas desenvolveram frente às práticas do projeto colonial. Esses registros quando explícitos, embora muito raros, aparecem mais como a expressão das dúvidas do colonizador sobre as intenções das ações indígenas, que como um relato objetivo de ações sub-reptícias por eles praticadas. Conseqüentemente, as pesquisas desenvolvidas, e principalmente aquelas que servem de suporte para a elaboração dos livros didáticos e que resultam na formação de um conceito sobre os povos indígenas, privilegiam os aspectos visíveis do processo de resistência.

Aparentemente, a primeira reação dos povos indígenas à pressão dominadora do colonizador foi a luta armada. A sub-repção, no entanto, existiu ao lado das ações de rebeldia e contestações armadas desde os primeiros anos de colonização, quando o governo português se estabeleceu em Pindorama e substituiu as relações de troca, até então vigentes e pautadas sob o costume indígena do ‘cunhadismo’⁷, pelas relações de trabalho servil e escravo. A partir desse momento, os grupos indígenas que se mantiveram atrelados à sociedade que se engendrava, passaram a utilizar-se largamente da sub-repção como forma de auto proteger-se, desenvolvendo e sustentando, dessa forma, uma guerra silenciosa em que a principal arma foi a simulação.

A simulação indígena desenvolveu-se sob variadas formas, como através da ruptura verbal, da mentira, da teimosia, da bebedeira, da inconstância e da falsa conversão. Estas e outras ações foram praticadas com a finalidade de encobrir a revolta e as intenções de vingança e de resistência cultural. Entretanto, algumas dessas formas não surgiram como ações de resistência conscientes de imediato, mas como um sentimento inicial de dor e desespero desencadeados pelo desmantelamento do seu universo social, resultante da invasão européia, como o foi o vício da bebedeira, que se abateu sobre toda a América ibérica colonial.

O alcoolismo entre os índios, fenômeno que ocupou espaço na correspondência oficial da época como um problema a ser sanado para o bom desenvolvimento do projeto colonial, pode ser classificado, inicialmente, como uma ação subliminar, pois se encontra no nível do subconsciente. Inicialmente os índios bebiam para “(...) *evadir-se do mundo, de uma situação que não tinha mais sentido; talvez uma forma de anestésiar a frustração, a angústia e a dor pela perda do passado destruído.*”⁸ Nesse contexto, o índio praticava uma ação daninha ao sistema colonial português, ou a um colono individualmente, sem a plena consciência do que essa ação representava para o *outro*. Ao estarem sempre bêbados, não havia forma de obrigá-los a trabalhar nas lavouras dos colonos leigos, nem nas plantações dos padres, não havia como fazê-los comportar-se segundo as regras impostas pela nova sociedade colonial. Tornavam-se, dessa forma, sujeitos temporariamente livres quando, sob o efeito da bebida, passavam a evocar suas tradições, submergidos em suas crenças e costumes, sem que fosse possível puni-los de maneira eficaz.

Entretanto, essas ações inconscientes vão ser paulatinamente transformadas em ações sub-reptícias, com propósitos bem definidos, a partir do momento em que os índios passam a observar que alguns dos seus comportamentos produziam efeitos determinados sobre os colonos. Assim, tais comportamentos passam da subliminaridade à sub-repção através de um processo de observação do comportamento do outro frente a determinadas ações subconscientes. Trata-se de uma resposta-reação dos índios às atitudes dos brancos, frente às suas próprias ações. Dessa forma, a bebida passou a ser utilizada como meio de burlar as exigências

coloniais, principalmente àquelas exercidas pelos colonos que necessitavam ou desejavam utilizar-se da sua mão-de-obra.

Considerando que no período pré-colonial as sociedades indígenas mantinham o controle sobre o uso de bebidas e alucinógenos, que na maioria das vezes estavam restritos aos líderes espirituais das comunidades, a freqüente embriaguez entre os índios no período colonial aparece, então, como o resultado de um dismantelamento generalizado dessas sociedades, gerado pelo processo de conquista e colonização. Referindo-se às culturas Mexicanas e Andinas, Bruit comenta que:

“Em termos gerais, a informação disponível para as sociedades mais avançadas permite pensar que a bebida ou simplesmente o uso de substâncias embriagantes nunca teve a difusão observada no período pós-conquista. O pulque no México e a coca no território incaico foram de uso restrito às classes governantes, e o uso popular era permitido com limitações nas cerimônias do plantio, colheita, casamentos, nascimentos e atos religiosos em geral. Em outras circunstâncias, estavam proibidos.”⁹(...)“(...)se as autoridades indígenas conseguiram limitar o uso da bebida alcoólica, as autoridades hispânicas não conseguiram (...) desequilíbrio da sociedade colonial quanto à correspondência entre os sinais de comando e organização e os sinais de obediência e aceitação.”¹⁰

A embriaguez, individual ou coletiva, era potencialmente prejudicial ao desenvolvimento das colônias, principalmente em certos períodos da colonização e em áreas carentes de mão-de-obra. Não foi à toa que a coroa portuguesa se ocupou do assunto e, em várias ocasiões, proibiu a venda de quaisquer tipos de água-ardente aos índios de todas as Capitanias, pois se tratava de um vício danoso que deveria ser combatido. Segundo Bruit,

“(...) o traço que mais chamou a atenção dos espanhóis foi a bebedeira dos índios, e o quadro desenhado pelos cronistas é tão vivo e colorido que deixa a impressão de que, após a conquista, todos os índios do continente passavam bêbados as vinte e quatro horas do dia.”¹¹

Na América portuguesa, a introdução da cachaça e da aguardente entre os índios foi atribuída aos colonos leigos pelos padres, segundo os quais, também eram dados à bebida. O confronto permanente, travado entre colonos leigos e religiosos na disputa pelo controle da mão-de-obra indígena, levou a coroa portuguesa à regular as relações entre índios e brancos, que deveriam promover, segundo a proposta do projeto colonial, o rápido povoamento e o sólido progresso da colônia, mas o estado português jamais conseguiu evitar os conflitos entre essas populações. Nesse contexto, a disseminação da cachaça entre os índios foi utilizada, pelos colonos leigos, como uma ofensiva contra a política missionária e evangelizadora dos padres, mas acabou por prejudicar as suas próprias atividades, uma vez que o índio tornava-se imprestável para o trabalho.

As fontes dos trechos documentais utilizados neste artigo, encontram-se nas coleções *Resgate Barão de Rio Branco* e *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, das quais foram selecionados alguns documentos sobre as Capitânicas de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, referentes ao problema da bebida. A maioria dos documentos remete a queixas de colonos leigos ou de autoridades coloniais, endereçadas às autoridades metropolitanas, contra o comportamento inadequado dos índios.

Percebe-se que entre o século XVII e o início do século XVIII, período para o qual há uma série de documentos que se repetem no conteúdo de suas mensagens, havia uma grande preocupação dos funcionários régios em relação à venda de bebidas aos índios. Vários desses documentos, referentes ao século XVII, tratam das Portarias que foram expedidas, ao longo de décadas, dispendo sobre a venda de bebidas alcoólicas a índios aldeados. Uma carta/consulta do Conselho Ultramarino ao Rei, datada de 1691, pede instrução sobre como proceder para que “...os moradores circunvizinhos [da aldeia] não vendam aguardente aos índios...” (Vol.XXXII, p.302. 07/09/1691). Outra, datada do mesmo ano e redigida pelo Governador da Capitania da Bahia, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, encaminha Portaria sobre a venda de bebida aos índios, e alerta sobre “...o prejuízo que podem receber os índios que com aguardente se costumam perturbar...” (Vol.XXXII, p.302. 07/09/1691).

Em carta redigida em 1714, Pedro Vasconcelos queixa-se do tumulto provocado pela venda de aguardente aos índios administrados pelo padre José de Araújo e solicita a observação da Portaria que a proíbe e que castiga os infratores: “...*que os índios que administra o padre José de Araújo, recebiam grandes danos por se lhes vender aguardente, originando entre eles, mortes e outros males de não menos consideração; Hei por bem, e mando, que nenhuma pessoa possa vender aguardente na aldeia aos ditos índios, pena de a perder e ser castigado na cadeia ...*” (Vol.LIII, p.262. 01/03/1714).

Avançando no século XVIII, a partir da década de 30 quando é finda a *Guerra dos Bárbaros*, o teor dos documentos referentes ao problema da beberagem toma um outro rumo pois as autoridades, agora, aparecem vexadas não mais com os colonos leigos que teimosamente vendiam álcool ao gentio desprotegido, mas com os próprios índios que passavam a desejar como nunca, os *fortes licores*, adotando o vício da embriaguez.

Em Requerimento de 1743, o Ouvidor Geral da Paraíba, Inácio de Souza Jácomo Coutinho, solicita ao rei o pagamento pelo tremendo serviço prestado, com que reprimiu os índios aldeados naquela Capitania que, devido à proibição do uso da aguardente, se armaram contra as autoridades:

“..., adverti-se que os índios [aldeados] de que impedindo-lhe o uso da água ardente da terra, ele a usava mais do necessário, romperam contra mim armando-se de sertidões de que favoreça os. . .” (AHU Paraíba, Cx. 11, D. 920. 06/02/1743).

É também do século XVIII o maior número de registros sobre a ação dos Caraíbas que investiam na manutenção explícita das crenças tradicionais e que se utilizavam da Jurema como veículo de transe.

“... se dispôs também prender-se aos feiticeiros índios que usam de uma bebida de uma raiz que chamado jurema, que transportando os seus sentidos ficam como mortos (...) cantão as visões que o diabo lhes representa ...” (AHU Paraíba, Cx. 11, D. 920. 10/12/1739).

O uso da Jurema, antes restrita aos feiticeiros, parece ter se popularizado, por algum tempo, entre os índios aldeados em Pernambuco, como aparece nas queixas constantes dos padres missionários:

“... buscassem os meios precisos a se remediar os erros que se tem introduzido entre os índios, tomando certas bebidas, as quais chamão jurema, ficando com elas e com visões e representações diabólicas pelas quais ficam persuadidos não ser verdadeiro caminho o que lhe ensinão os missionários.” (AHU Pernambuco, Cx. 56, D. 4884. 1741).

Até o início do século XIX os índios ocuparam a posição de sujeitos responsáveis pela sua própria condição de ébrios e ociosos e, de molestados pelos mal intencionados colonos passaram a elementos cientes e culpados por essa condição. A partir de agora, encontramos um discurso que se distancia daquele do século XVII quando os índios tornavam-se bêbados pelas mãos ardilosas dos colonos leigos, porque neste momento que se inaugura com o fim das guerras, no século XVIII, é o próprio índio quem busca a embriaguez. Versando sobre as dificuldades dos Capitães em organizar o trabalho de índios nas Alagoas, Manuel da Cunha Coutinho Chinchorro escreve, de Recife, ao Visconde de Anadia: “... índios rústicos¹² e bárbaros por natureza e dados ao cotidiano uso do vinho e aguardente...” “... e por ansim não se vão a trabalhar.”(CX.235, D.1583. 10/07/1802). E continua: “*por serem dados pela maior parte ao vício de aguardente, cachaça e outros licores fortes...*” (CX.235, D.1583. 10/07/1802).

Mas a incorporação dessa nova personalidade sugere um mecanismo de conservação dos antigos valores, revelando uma ação política na medida em que, de alguma forma, agiram sobre a sociedade que tentava se impor através da alteração de todo um ser cultural, incluindo a alteração no seu ritmo de trabalho. Se por um lado, muitas vezes os padres acusem os colonos leigos de terem introduzido a cachaça entre os índios levando-os ao vício, por outro lado, e com o passar do tempo, os índios encontraram na bebida uma forma de se manterem à margem daquela sociedade, mesmo interagindo com ela. Enquanto bêbados, não produziam e, em não produzir, não correspondiam às

necessidades de mão-de-obra tão cara aos colonos e a Portugal. Não significa dizer que eles tivessem consciência do alcance de suas atitudes, mas na sua relação com a bebida havia uma clara manipulação de símbolos e dos seus significados. Nos documentos do período final da colonização, encontramos, pelo contrário, índios buscando deliberadamente a bebida, certamente devido ao vício mas, sobretudo, utilizando-o como artifício para contrariar a ordem à qual estavam submetidos por terem entendido que, quando bêbados, causavam transtornos e se mantinham longe dos castigos e do trabalho forçado.

Com a extensão da pesquisa poderemos verificar como esse processo se deu em todas as regiões do Brasil colonial. A manutenção dos chamados vícios e maus costumes, a eloqüente e visível desobediência e preguiça e tantos outros comportamentos reprovados pelos queixosos colonizadores, são evidentes provas da resistência silenciosa que os índios levaram a cabo durante séculos e que, graças à ela, evitaram a sua morte cultural.

Notas

¹ BRUIT, Héctor H. (1990). América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução. In: Bresciani & Borges – Revista brasileira de História Nº 21, Marco Zero, SP. (1995). Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Vencidos. UNICAMP, SP. (1992), O Visível e o Invisível na Conquista Hispânica da América. In: Vainfas R.(org), América, Américas. Zahar, RJ.

³ Texto construído a partir de BRUIT, H.H. (1992) Op.Cit - Pág. 80.

⁵ Resistência indígena no Nordeste: os Xucuru do Ororubá (PE) – (1998)

⁶ Idolatrias luso-brasileiras: “santidades” e milenarismos indígenas. In: América em tempo de Conquista (1992) Vainfas R. (org); (1992) Colonialismo e Idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial ibérico. Nossa Senhora, o fumo e a dança. Vainfas et all. In: América, Américas.

⁷ O *cunhadismo* é uma relação do sistema classificatório de parentesco dos índios Tupi, que relaciona todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua *temericó* e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorria em sua própria geração, em que todos passavam a ser seus irmãos ou cunhados. A importância do *cunhadismo* nas relações entre europeus e indígenas dos primeiros anos da conquista e da colonização era enorme e decorria de que o estrangeiro europeu passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias. In: RIBEIRO Darcy, (2004). O Povo Brasileiro, Cia das Letras, SP.

⁸ BRUIT, H.H. (1992) Op. Cit, pag. 86.

⁹ BRUIT, H.H. (1992) Op. Cit, pág. 86.

¹⁰ BRUIT, H.H. (1992) Op. Cit, pág. 84.

¹¹ BRUIT, H.H. (1992) Op. Cit, pág. 84.

¹² A transcrição dos documentos foi realizada mantendo os erros de grafia e de português contidos nos originais.